



Remodelação Governamental na África do Sul - A remodelação governamental na África do Sul, feita a 31 de março, mergulhou o ANC, partido no poder, numa grave crise. O partido já estava a enfrentar uma crescente onda de impopularidade fruto dos casos de corrupção. [Pag 2/3](#)

ONU Reduz Missão na República Democrática do Congo - O Conselho de Segurança da ONU decidiu, em finais de março, reduzir em 3 mil o número de capacetes azuis que fazem parte do contingente da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). [Pag 4](#)

Polémica na Serra Leoa - O atual Presidente da Serra Leoa, Ernest Koroma, deveria terminar o seu segundo mandato de cinco anos em fevereiro de 2018, mas os seus apoiantes lançaram uma campanha destinada a promover a candidatura do atual Presidente a mais um mandato, o que é uma violação da atual constituição do país. [Pag 5](#)

Cabo Verde Aprova Isenção de Vistos - Entrou em vigor, a 1 de maio, a isenção de vistos de entrada em Cabo Verde para cidadãos da União Europeia e do Reino Unido. [Pag 5/6](#)

Guiné Bissau Pressionada a Cumprir Acordo de Conacri - A situação na Guiné Bissau continua a caracterizar-se por uma grande instabilidade política. Depois da assinatura, em outubro de 2016, do chamado Acordo de Conacri, houve a esperança de que os principais atores políticos guineenses chegassem a uma plataforma de entendimento. [Pag 6/7](#)

Eleições Gerais na Argélia - Realizaram-se, a 4 de maio, eleições gerais na Argélia destinadas a eleger os 462 deputados do novo parlamento. Os 23 milhões de eleitores tiveram que escolher entre os 12 mil candidatos para um mandato de cinco anos. [Pag 7/8](#)

ONU encerra Missão na Costa do Marfim - Depois de 13 anos no país, a ONU encerrará, a 30 de junho, a sua missão de paz na Costa do Marfim (UNOCI) tendo completado com sucesso as suas atividades que visavam garantir a estabilidade do país após o conflito armado. A UNOCI tinha sido criada em 2004 na sequência da guerra civil que atingiu a Costa do Marfim. [Pag 8](#)

A Atuação do Novo Presidente da Tanzânia - O Presidente tanzaniano, John Magufuli, eleito nas presidenciais de outubro de 2016, está a levar a cabo uma profunda transformação no setor público do país. [Pag 9](#)

Política Africana do Novo Presidente Francês - Poucos dias após a assumir a presidência francesa, Emmanuel Macron visitou o contingente militar francês estacionado no Mali. Com esta visita reafirmou a disposição de França em continuar a privilegiar as relações com África e reforçou o compromisso no combate ao terrorismo de cariz islâmico. [Pag 10](#)

Novo Diretor Geral da OMS é Africano - O antigo Ministro da Saúde e dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, Tedros Adhanom Ghebreyesus foi eleito Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). Com 52 anos de idade, Ghebreyesus é o primeiro africano a liderar esta organização. [Pag 10/11](#)

Guiné Equatorial Adere à OPEP - A Guiné Equatorial aderiu à Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Esta adesão foi o culminar de um processo que se prolongou por oito anos. Esta organização representa cerca de 75% das reservas mundiais de petróleo e é responsável por 60% das exportações desta matéria-prima. [Pag 11](#)

Cimeira da CEDEAO em Monróvia - A 51ª Cimeira da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que decorreu a 4 de junho em Monróvia, na Libéria, teve como tema central a análise do pedido da adesão de Marrocos à organização. [Pag 11/12](#)



Remodelação Governamental na África do Sul

■ Luís Castelo Branco

A remodelação governamental na África do Sul, feita a 31 de março, mergulhou o Congresso Nacional Africano (ANC), partido no poder, numa grave crise. O partido já estava a enfrentar uma crescente onda de impopularidade fruto, em grande medida, dos casos de corrupção que atingiram vários dos seus membros mais destacados, nomeadamente, o Presidente Jacob Zuma.

As acusações contra Zuma surgiram, pela primeira vez, em 2013 quando foi descoberto que terá utilizado milhões de rands de fundos públicos para a renovação da sua casa particular em Nkandla. Apesar de Zuma se ter defendido, alegando que as obras visavam reforçar a segurança de sua casa, na realidade o que foi feito foram apenas melhorias destinadas ao lazer do Presidente, nomeadamente uma piscina.

Mais tarde, em 2016, o Presidente foi acusado de favorecer os negócios da família Gupta, a qual terá, inclusivamente influenciado decisões governamentais, incluindo a nomeação de ministros. A ligação desta família de empresários oriundos da Índia a Zuma é evidente, uma vez que três filhos do Presidente trabalham para empresas do universo empresarial dos Gupta.

O descontentamento nacional com o Presidente Zuma já tinha sido visível nas últimas eleições locais realizadas em 2016, nas quais o ANC perdeu o controlo de várias importantes cidades, nomeadamente, Pretória, Joanesburgo e Porto Elizabeth.

Várias fações do ANC criticaram abertamente o Presidente Zuma por ter contribuído, com o seu comportamento, para este mau resultado eleitoral. O próprio Vice-Presidente, Cyril Ramaphosa, figura emblemática do ANC e eventual candidato à sucessão de Zuma, criticou duramente a remodelação governamental efetuada, sobretudo o afastamento do Ministro das Finanças, Pravin Gordhan.

Não vendo uma mudança de atitude no Presidente e nos seus apoiantes mais próximos, há quem tema que o ANC seja fortemente penalizado nas próximas eleições legislativas que terão lugar em 2018.

O apoio eleitoral do ANC tem estado, até agora, assente numa aliança tripartida que tem mantido com a confederação sindical COSATU e com o partido comunista da África do Sul (SACP). Porém estes dois aliados do ANC já demonstraram que a aliança poderá ter chegado ao fim.

A COSATU já manifestou claramente o seu desagrado em relação a Zuma, tendo adotado decisões que demonstram o seu afastamento em relação ao Presidente sul-africano, como, por exemplo, a decisão de impedi-lo de participar em futuras reuniões desta confederação sindical. Paralelamente, a COSATU já fez saber que apoiará Cyril Ramaphosa na corrida presidencial contra Dlamini Zuma.

Também o SACP já deu a entender que também apoiará Ramaphosa na corrida presidencial. O apoio deste partido tem sido importante, não tanto pelo seu peso eleitoral, mas mais pela preparação técnica dos seus membros.

As críticas a Zuma foram surgindo também, cada vez mais não só dentro do próprio partido, como dentro do governo. A última remodelação governamental foi uma clara tentativa do Presidente afastar os críticos dentro do seu executivo.

A remodelação atingiu dez Ministros e dez Vice-Ministros, os quais foram substituídos por fiéis apoiantes de Zuma. Entre os Ministros demitidos figura o responsável pelas Finanças, Pravin Gordhan, crítico de Zuma e das suas opções económicas.

A saída de Gordhan foi muito mal recebida internacionalmente devido ao seu bom desempenho na pasta das Finanças. Afastado Gordhan, que vinha resistindo às ideias populistas de Zuma, que a serem adotadas teriam claras consequências nefastas para a imagem internacional do país, temia-se que a economia viesse a sofrer, o que veio a acontecer quase de imediato. Para além de uma forte desvalorização da moeda nacional, o rand, as agências de notação financeira desceram a cotação atribuída à África do Sul.

Pravin Gordhan tinha sido um grande defensor do combate à corrupção e de um corte na despesa pública. Há vários meses que se opunha à política económica e financeira de Zuma, nomeadamente a decisão de se avançar para uma reforma da terra sem direito a compensação financeira, muito semelhante ao modelo adotado no Zimbábue em 2000. Esta decisão, mais do que resolver os problemas económicos do país, pretendia segurar o apoio das camadas negras mais pobres da população.

Já depois de demitido, Pravin Gordhan, defendeu-se dizendo que tinha concentrado o seu trabalho na promoção da estabilidade económica, no crescimento e no desenvolvimento socioeconómico do

país., e que tinha resistido a fortes pressões internas para alterar a sua atuação, numa alusão, às investigações à corrupção dentro do executivo, nomeadamente a ligação do Presidente ao grupo económico da família Gupta.

Esta remodelação governamental, para além das consequências que teve na deterioração externa da imagem do país, provocou uma onda de contestação interna contra o Presidente Zuma. Um pouco por todo o país, tiveram lugar ações de protesto, destacando-se as enormes manifestações nas principais cidades sul-africanas.

Esta onda de contestação permitiu que apoiantes de movimentos politicamente opostos, como é o caso da Aliança Democrática (DA) e dos Combatentes pela Liberdade Económica (EFF), os dois principais partidos da oposição, participassem nas mesmas manifestações contra Zuma.

Para além das manifestações, os dois partidos da oposição apresentaram no Parlamento uma nova moção de censura contra o Chefe de Estado. Esta iniciativa tinha poucas hipóteses de ser bem-sucedida devido à maioria absoluta que o ANC detém no Parlamento, a qual se traduz em 249 deputados num total de 400.

A única hipótese de ser bem-sucedida seria se a votação desta moção foi feita de modo secreto o que permitiria que os deputados do ANC descontentes com Zuma pudessem votar a favor da sua destituição. Mas, mesmo nesse cenário, seria necessário que 70 deputados do ANC votassem contra o seu líder.

Mesmo que consiga sobreviver a esta crise, o ANC já tem uma dura batalha pela frente relacionada com a substituição de Zuma. Para os apoiantes do atual Presidente, a candidata ideal ao lugar é a sua ex-mulher, Dlamini Zuma, que conta com fortes apoios dentro do partido, nomeadamente, na Liga das Mulheres do ANC e em alguns setores da juventude.

O outro candidato deverá ser Cyril Ramaphosa que conta com apoio do setor dos sindicatos e pretende fazer renascer o espírito do ANC dos tempos da luta contra o apartheid.

Embora Dlamini Zuma e Cyril Ramaphosa sejam apontados como os candidatos favoritos a suceder a Jacob Zuma na convenção do partido que terá lugar em dezembro próximo, há ainda outros possíveis

candidatos ao lugar que poderão beneficiar de serem uma terceira via numa eventual escolha de consenso.

Os possíveis candidatos desta terceira via são: Baleka Mbete, Presidente da Assembleia Nacional; Zweli Mkhize, responsável pelas finanças do ANC; Lindiwe Sisulu, Ministro da Habitação; Jeff Radebe, Ministro da Presidência; Gwede Mantashe, Secretário-geral do ANC; Matthews Phosa, antigo chefe de governo da província de Mpumalanga e Tito Mboweni, antigo Governador do Banco da África do Sul.

Seja qual for o candidato escolhido, irá, certamente, provocar mais brechas na débil união dentro do ANC. A questão que se coloca é a de saber como é que os partidos da oposição irão aproveitar este enfraquecimento do ANC.

DA aproveitou esta crise interna no ANC para aumentar a sua popularidade. Porém, desentendimentos entre o atual líder, Mmusi Maimane, e a antiga líder e atual chefe de governo da província do Western Cape, Helen Zille, estão a prejudicar a imagem do partido.

Na base destes desentendimentos estão comentários feitos por Zille sobre o colonialismo, que, segundo ela, até teve consequências benéficas para a África do Sul. Apesar de pressionada a rever os seus comentários, Zille manteve as suas afirmações.





ONU Reduz Missão na RDC

O Conselho de Segurança da ONU decidiu, em finais de março, reduzir em 3 mil o número de capacetes azuis que fazem parte do contingente da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO).

A MONUSCO é a maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas no mundo e tem como objetivos prioritários a proteção de civis e apoio ao governo da República Democrática do Congo (RDC) nos seus esforços de manutenção de paz.

Criada em 2013, a MONUSCO contava, até finais de março de 2017, com 22.016 elementos, sendo que a grande maioria, 19.815, eram militares. Para além destes, a MONUSCO contava com observadores militares e polícias.

Esta decisão do Conselho de Segurança da ONU coincidiu com a sua decisão de renovar o mandato da MONUSCO por mais um ano. Por unanimidade, os 15 países do Conselho de Segurança decidiram diminuir a operação, estabelecendo um máximo de 16.215 militares, contra o limite de 19.815 em vigor até agora.

Além do número de soldados, a resolução também reduziu o número máximo de observadores militares, passando de 760 para 660, embora tenha mantido, sem alterações, o número de mais de mil agentes da polícia permitidos atualmente.

A resolução que renova o mandato da MONUSCO centra-se em duas prioridades: a proteção de civis e a implementação do Acordo Político Global de 31 de dezembro de 2016, o qual permitiu manter o atual Presidente no poder, apesar de já ter terminado o seu segundo mandato, e estabeleceu as condições para a realização das próximas eleições presidenciais. Estas condições determinam que o Presidente Joseph Kabila não poderá, ao contrário do que era o seu desejo, candidatar-se a um terceiro mandato.

Esta redução dos efetivos da MONUSCO poderá ter consequências na estabilização da RDC, onde a tensão política é crescente e deverá agravar-se à medida que o país se aproxima das eleições presidenciais.

Apesar da unanimidade alcançada no Conselho de Segurança com vista à renovação do mandato da MONUSCO, a verdade é que a decisão não foi fácil de tomar. Vários países, como os EUA, defendiam a

diminuição do tamanho da missão, enquanto um outro grupo, onde se destacou a França, defendiam a manutenção desta nos moldes e dimensão atuais.

A posição dos EUA estava relacionada com os custos desta Missão, numa altura em que a administração Trump pretende diminuir as suas contribuições para a ONU. A MONUSCO é a operação mais cara das 16 que a organização tem em curso, com um orçamento de mais de 1,2 mil milhões de USD para o corrente ano.

Os EUA são o principal contribuinte para as missões de paz da ONU, financiando 28% deste custo, valor que a administração Trump pretende diminuir para 25%, ao mesmo tempo que apela a que outros países aumentem as suas contribuições financeiras para estas missões.



Polêmica na Serra Leoa

O atual Presidente da Serra Leoa, Ernest Koroma, deveria terminar o seu segundo mandato de cinco anos em fevereiro de 2018. Tal como noutros países, a constituição do país limita os mandatos do Presidente a dois. Koroma foi eleito pela primeira vez em 2007.

Porém, os apoiantes de Koroma lançaram uma campanha destinada a promover a candidatura do atual Presidente a mais um mandato, o que é uma violação da atual constituição do país. Um terceiro mandato só seria possível através de uma alteração constitucional.

Os apoiantes desta campanha, intitulado "More Time" (mais tempo), justificam esta opção, argumentando que o Presidente precisa de mais tempo para pôr em prática a sua agenda de desenvolvimento do país.

Segundo estes, o Presidente só não conseguiu alcançar os seus objetivos porque o país teve que desviar atenções e recursos para o combate à epidemia do ébola que atingiu o país em 2014.

Para os opositores do Presidente Koroma, a intenção deste se candidatar a um novo mandato nada tem a ver com o desenvolvimento do país. A real intenção de Koroma com esta nova candidatura é a de se perpetuar no poder e continuar a distribuir benesses pelos seus apoiantes.

Além disso, se o argumento da epidemia do ébola justificasse a sua manutenção no poder, também os Presidente da Libéria e da Guiné Conacri poderiam ter utilizado mesmo argumento, o que não aconteceu. A Guiné Conacri teve eleições presidenciais em 2015 e a Libéria terá eleições presidenciais em outubro deste ano.

Uma outra hipótese defendida pelos apoiantes de Koroma é a de apenas adiar as eleições presidenciais por mais um ano, o que já não obrigaria a modificar a constituição.



Cabo Verde Aprova Isenção de Vistos

Entrou em vigor, a 1 de maio, a isenção de vistos de entrada em Cabo Verde para cidadãos da União Europeia e do Reino Unido.

Esta decisão do governo cabo-verdiano não foi bem aceite por todos internamente. O principal partido da oposição, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), manifestou-se contra, argumentando que o país e a União Europeia têm um relacionamento especial, que tem expressão prática na Parceria Especial UE – Cabo Verde, documento que regula a relação bilateral. Qualquer nova medida não deveria ser tomada de forma isolada, mas sim no âmbito desta Parceria Especial.

Esta decisão do Governo da Praia visa, por um lado, criar melhores condições para o turismo, importante setor da economia cabo-verdiana, e, por outro, promover uma ainda maior aproximação à União Europeia.

Apesar desta decisão, não é de prever que a mesma tenha idênticos efeitos por parte dos países da UE. As isenções de vistos para a União Europeia dependem da avaliação de um conjunto de fatores, nomeadamente, a pressão migratória que o país em causa representa para o bloco europeu.

Segundo o representante da União Europeia em Cabo Verde, José Manuel Pinto Teixeira, não se devem criar expectativas de liberalização de vistos para a Europa, mas admitiu que a isenção unilateral cabo-verdiana possa ter efeitos positivos no futuro.

Por outro lado, referiu que não existe pressão migratória da União Europeia para Cabo Verde, mas existe de Cabo Verde para a União Europeia. Existem já centenas de milhares de cabo-verdianos emigrados na Europa e este é certamente um elemento a ter em conta. Depois, há o interesse económico, não há turismo de Cabo Verde para a UE em números que se possam ter um impacto na economia europeia, mas o contrário é verdade.

Por outro lado, o representante da UE referiu que a decisão de isentar países de visto de entrada na União Europeia não pode ser tomada fora do bloco de países membros do Acordo de Schengen, que incluiu os estados membros da UE e ainda a Suíça e a Noruega.



Independentemente da decisão da UE em relação à isenção de vistos, ambas as partes fazem uma avaliação muito positiva dos dez anos de aplicação da Parceria Especial.

Nesse sentido, o Governo cabo-verdiano está apostado em aprofundar esta parceria, que até agora abrange as áreas da segurança; da sociedade do conhecimento; da integração regional; da convergência técnica normativa e da redução da pobreza. A intenção do executivo cabo-verdiano é que a Parceria avance para novos setores, nomeadamente, a economia marítima e a capacitação das organizações não-governamentais.

Guiné Bissau Pressionada a Cumprir Acordo de Conacri

A situação na Guiné Bissau continua a caracterizar-se por uma grande instabilidade política. Depois da assinatura, em outubro de 2016, do chamado Acordo de Conacri, houve a esperança de que os principais atores políticos guineenses chegassem a uma plataforma de entendimento.

Através desse Acordo, ficou estabelecido, nomeadamente entre o Presidente José Mário Vaz (JOMAV) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que seria formado um governo de unidade nacional liderado por uma figura de consenso. O problema foi a escolha da pessoa para o cargo.

O Presidente JOMAV escolheu Umaro Sissoco para este cargo, nomeação que foi, de imediato, rejeitada pelo PAIGC. O partido, liderado por Domingos Simões Pereira, afirmou que face aos três nomes apresentados pelo Presidente ao PAIGC (Umaro Sissoco, Augusto Olivais e Aladje Fadiá), tinha escolhido Augusto Olivais.

Apesar desta oposição do PAIGC, assim como de outros partidos representados na Assembleia Nacional, Sissoco assumiu a liderança do governo num clima de permanente contestação interna e de des-

contentamento externo, nomeadamente por parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que tinha patrocinado o Acordo de Conacri.

Face à situação de impasse, uma missão da CEDEAO deslocou-se, em finais de abril, a Bissau para aferir do grau de aplicação do Acordo de Conacri e tentar desbloquear o impasse político em que o país vivia.

A missão da CEDEAO, foi liderada pelo Presidente desta organização, o beninense Marcel de Souza, o qual foi muito assertivo nas suas declarações, referindo que o Presidente JOMAV tinha que cumprir o Acordo de Conacri, numa clara referência à necessidade de nomear um primeiro-ministro de consenso, o que implicava a imediata demissão de Umaro Sissoco.

O governo guineense reagiu duramente contra esta posição da CEDEAO, considerando-a uma ameaça inaceitável ao Chefe do Estado, tendo acusado Marcel de Souza de estar a atuar fora do quadro normal da organização que, sublinhou, só toma decisões deste tipo em cimeiras com a presença dos líderes dos estados membros.

A grande maioria dos partidos da oposição, nomeadamente, o PAIGC, o Partido da Convergência Democrática, a União para Mudança, o Partido da Unidade Nacional, o Partido de Solidariedade e Trabalho e Movimento Patriótico, defenderam que o Presidente José Mário Vaz deveria demitir o governo de Umaro Sissoco e nomear, sem mais demoras, Augusto Olivais como Primeiro-ministro, condição indispensável para acabar com a instabilidade no país.

Os partidos que contestam o Presidente JOMAV decidiram reunir-se no chamado Espaço de Concertação Democrática, acusando ainda o Presidente guineense de pretender instalar um regime ditatorial, colocando o país em confronto direto com a comunidade internacional.

Após a deslocação da sua missão a Bissau, a CEDEAO ameaçou recomendar sanções internacionais contra os políticos guineenses que inviabilizassem o cumprimento do Acordo de Conacri, tendo dado ao governo guineense 30 dias, a partir do dia 25 de Abril, para aplicar as diretrizes do Acordo, que prevê a formação de um Governo que integre todos os partidos representados no Parlamento e nomeação de um Primeiro-Ministro de consenso. Findo esse prazo poderiam ser aplicadas sanções ao país.



Eleições Gerais na Argélia

A organização também confirmou que a força de interposição da paz da CEDEAO, a ECOMIB, que está em Bissau depois do golpe de Estado de Abril de 2012, iria sair do país até 30 de junho.

Esta situação suscitou alguma apreensão, quer interna, quer externamente, uma vez que as forças da ECOMIB têm sido consideradas um elemento fundamental para garantir a estabilidade na Guiné Bissau.

Sem esta força, a hipótese de resolução da crise guineense através da via armada volta a estar acima da mesa. Paralelamente, o vazio deixado pela ECOMIB poderá fomentar um recrudescimento do tráfico de droga e de atividades relacionadas com o terrorismo.

O aumento das atividades relacionadas com o tráfico de droga já foi confirmado pela ONUDC (Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e o Crime organizado) e pela Interpol, que apontam o recrudescer de tráfico de droga nalgumas zonas do interior da Guiné e em diversas ilhas do arquipélago dos Bijagós.

Na Cimeira de Chefes de Estado da CEDEAO, realizada a 4 de junho em Monróvia, na Libéria, esperava-se que fosse tomada uma decisão sobre a eventual aplicação de sanções à Guiné Bissau pela não aplicação integral do Acordo de Conacri. Porém, os Chefes de Estado aceitaram, em parte, as explicações do Presidente JOMAV para não aplicar do Acordo de Conacri e decidiram dar um prazo suplementar de três meses para a sua plena aplicação.

JOMAV defendeu-se, afirmando que a nomeação de Umaro Sissoco para Primeiro-Ministro não violou o Acordo de Conacri, porque aquele não previa a escolha por unanimidade, mas sim por consenso.

Da Cimeira de Monróvia saiu ainda a decisão de prolongar o mandato da ECOMIB por mais três meses de modo a promover um clima de estabilidade no país que permita a aplicação do Acordo de Conacri.

Este novo prazo dado pela CEDEAO aos dirigentes guineenses foi visto como uma vitória diplomática de JOMAV e dos seus aliados, que conseguiram mais tempo para encontrar uma solução para garantir a estabilidade no país. Já a oposição ficou frustrada com as conclusões da Cimeira, uma vez que esperavam uma posição mais dura em relação ao Presidente JOMAV.

Realizaram-se, a 4 de maio, eleições gerais na Argélia destinadas a eleger os 462 deputados do novo parlamento. Os 23 milhões de eleitores tiveram que escolher entre os 12 mil candidatos para um mandato de cinco anos.

À partida temia-se uma elevada abstenção, à semelhança do que aconteceu em atos eleitorais anteriores. A principal razão para esta abstenção estava relacionada com as baixas expectativas que os argelinos depositavam nas mudanças que um novo parlamento poderia conseguir promover.

Assim, a principal incógnita destas eleições, uma vez que a vitória da Frente de Libertação Nacional, no poder desde a independência do país em 1962, era um dado adquirido, era saber qual seria a taxa de abstenção. Em 2012, a taxa de participação foi de 43% dos eleitores, e em 2007 tinha sido de apenas 35%.

Atualmente o Parlamento é dominado pela Frente de Libertação Nacional, que detém 221 dos 462 assentos no Parlamento. A segunda maior força é a União Nacional Democrática, com 70 deputados. Tendo fraude, alguns partidos anunciaram o boicote a estas eleições.

O controlo efetivo do país está envolto em algum mistério. Oficialmente o Presidente Abdelaziz Bouteflika, com 80 anos e que está no poder há 18 anos, lidera o país. No entanto, desde que o chefe de Estado sofreu um acidente vascular cerebral, há quatro anos, não está, na prática, na linha da frente da governação.

Contudo, Bouteflika continua a representar o poder, mas muito se especula sobre quem realmente governa. A resposta mais aproximada da verdade é uma união entre alguns setores ligados ao partido no poder, influentes empresários e alguns setores das forças armadas.

Apesar de ser posta em causa a transparência do processo eleitoral, para muitos argelinos, o atual regime tem a enorme virtude de garantir a estabilidade do país, realidade muito apreciada num país que viveu recentemente uma guerra civil, entre 1991 e 2002, que causou mais de 150 mil mortos.

Os resultados eleitorais deram a vitória à FLN que obteve 164 deputados, aos quais se juntam os 97 obtidos pelo seu parceiro na coligação governamental o Agrupamento Nacional Democrático.



Em terceiro lugar ficou o Movimento da Sociedade pela Paz, que congrega várias formações islâmicas, e que obteve 67 deputados.

Tal como era previsto a taxa de participação foi muito baixa, tendo votado apenas 38% dos eleitores.

Estas eleições foram encaradas como uma primeira volta das eleições presidenciais previstas para 2019. Nessa altura não é previsível que Bouteflika se candidate a um novo mandato devido à sua debilidade física. Esta situação abrirá uma luta interna dentro da FLN para ver qual será a facção que conseguirá impor o seu candidato.

ONU Encerra Missão na Costa do Marfim

Depois de 13 anos no país, a ONU encerrará, a 30 de junho, a sua missão de paz na Costa do Marfim (UNOCI) tendo completado com sucesso as suas atividades que visavam garantir a estabilidade do país após o conflito armado. A UNOCI tinha sido criada em 2004 na sequência da guerra civil que atingiu a Costa do Marfim.

A guerra civil de Costa do Marfim teve início em setembro de 2002, quando forças rebeldes, vindos do Burkina Faso, tentaram tomar, sem sucesso, a capital do país, Abidjan. Por detrás desta operação estavam claros sentimentos de insatisfação das populações do norte do país, maioritariamente muçulmanas, que se consideravam marginalizadas pelo Presidente Laurent Gbagbo.

Um dos exemplos dessa marginalização foi a decisão de excluir da corrida presidencial Alassane Ouattara por, alegadamente, não ter nascido no país, isto depois de já ter exercido o cargo de Primeiro-Ministro.

Os rebeldes da chamada Forces Nouvelles conseguiram controlar metade do país. O seu avanço foi travado pela presença de forças francesas que apoiaram o Presidente Gbagbo.

Apesar de um primeiro acordo de paz obtido em 2003, o país viveu num clima de grande tensão. Com vista a apoiar as autoridades do país no cumprimento do primeiro acordo de paz, assinado em janeiro de 2003, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1528, de 27 de fevereiro, a qual permitiu a criação da UNOCI por um período inicial de um ano.

Em 2010, Costa do Marfim foi atingida novamente pela guerra civil. O que motivou este novo conflito foi a decisão do então Presidente, Laurent Gbagbo, recusar-se a abandonar o poder na sequência das eleições presidenciais que perdeu para Alassane Ouattara.

O conflito terminou em 2011 com Gbagbo a abandonar o poder e Ouattara a ser declarado novo Presidente da Costa do Marfim. O conflito provocou mais de 3 mil mortes e milhares de marfinenses abandonaram o país por causa do conflito. Durante este período a UNOCI manteve-se no país no apoio às populações, embora também tenha sido alvo de ataques.

Ao longo da sua existência, a UNOCI, promoveu o diálogo político inclusivo na Costa do Marfim, o qual facilitou a realização das eleições presidenciais e legislativas em 2011 e 2016. Por outro lado, a UNOCI, reforçou a Comissão Nacional de Direitos Humanos, o que ajudou a diminuir as violações de direitos humanos no país e contribuiu para o desarmamento e a reintegração na sociedade de 70 mil combatentes.

O fim desta missão significa, igualmente, que a ONU retira as sanções que ainda pendiam sobre a Costa Marfim num claro sinal que o país conseguiu alcançar a estabilidade e a reconciliação nacional desejada. A ONU tinha imposto sanções ao país quando, após a criação da UNOCI, os combates recomeçaram e prolongaram-se até 2007, altura em que os rebeldes passaram a integrar o governo do país.

Com o desmantelamento desta missão, 6 mil militares e polícias vão abandonar a Costa do Marfim.

A Atuação do Novo Presidente da Tanzânia

O Presidente tanzaniano, John Magufuli, eleito nas presidenciais de outubro de 2016, está a levar a cabo uma profunda transformação no setor público do país.

Durante a campanha eleitoral, Magufuli tinha prometido, caso fosse eleito, uma verdadeira revolução na gestão dos recursos públicos, através de uma forte redução dos gastos e diminuição de funcionários públicos.

Eleito nas presidenciais de 25 de outubro, declarou guerra aos gastos desnecessários em bens de luxo à custa dos recursos públicos. Estas promessas de cortes nos gastos do estado foram muito bem-recebidas pelo cidadão comum que criticava a má utilização dos recursos públicos.

Exemplos concretos desta decisão começaram logo a serem sentidas nos primeiros dias da sua presidência. Assim, decidiu, por exemplo cancelar as comemorações alusivas aos 54 anos de independência do país que deveriam ter tido lugar no dia 9 de dezembro passado. Os fundos poupados foram canalizados para a campanha de luta contra a cólera e para a construção de infraestruturas rodoviárias.

Paralelamente a esta política de poupança, o Presidente tanzaniano também lançou uma campanha destinada a melhorar a eficácia da máquina tributária do país e assim conseguir obter mais recursos para o Estado.

Se esta política de poupança e de melhoria da máquina do estado é do agrado do cidadão comum, há também um setor da sociedade tanzaniana que tem reagido negativamente a esta política. A limitação dos gastos, a diminuição das deslocações ao exterior, o corte dos privilégios do setor público, tem criado algum descontentamento e fortes críticas ao Presidente por parte de alguns setores tanzanianos.

Esta política radical praticada pelo Presidente Magufuli, tem criado alguns problemas à comunicação social do país que se queixa de ver a sua ação limitada pela forte atuação do Governo que tem controlado algumas notícias e limitado a atuação de opositores políticos. Perante estes exemplos, e outros semelhantes, há quem tema que o país caminhe para um regime autoritário.

Em maio o Presidente decidiu afastar de imediato cerca de 10 mil funcionários públicos com o argumento de que apresentaram documentos falsos no momento em que se candidataram à função pública. E a razão poderá não ficar por aqui, uma vez que no universo de 435 mil funcionários públicos, vários milhares continuam sob investigação.

Esta limpeza na função pública tanzaniana começou no passado mês de março quando foram descobertos quase 20 mil funcionários fantasma que constavam na lista mensal de salários. Com esta descoberta, o estado terá poupado cerca de 107 milhões de USD.

Apesar desta campanha ter a aprovação da maioria da população, os opositores do Presidente receiam que a mesma possa também ser utilizada para afastar do sistema estatal todos aqueles que não concordem com as ideias de Magufuli.





Política Africana do Novo Presidente Francês

Poucos dias após a assumir a presidência francesa, Emmanuel Macron visitou, a 19 de maio, o contingente militar francês estacionado na cidade de Gao no Mali. Esta visita teve um duplo significado. Por um lado, o novo Presidente francês quis reafirmar a disposição de França em continuar a privilegiar as relações com África e, por outro, pretendeu reforçar o compromisso do seu país no combate ao terrorismo de cariz islâmico.

A intervenção militar francesa no Mali iniciou-se em 2013 no âmbito da Operação Serval, a qual foi, mais tarde, ampliada a toda a zona do Sahel (Mali, Burkina-Faso, Mauritânia, Níger e Chade), tendo sido renomeada, em agosto de 2014, operação Barkhane.

Nesta visita, em que Macron foi acompanhado pelo Presidente do Mali Ibrahim Boubacar Keita, foi reafirmado que os 4 mil soldados franceses que estão estacionados na zona do Sahel, e dos quais 1.600 estão em Gao, vão permanecer no terreno e, possivelmente, poderão ser reforçados.

Mas, ao contrário de tempos passados, em que a França preferia intervir sozinha em África, à luz da sua política da Franceafrique, o desejo do Presidente Macron é que outros parceiros europeus, nomeadamente a Alemanha, se envolvam ainda mais neste esforço que terá que ser conjunto. A mensagem que o Presidente francês quis passar foi a de que o crescimento do radicalismo islâmico no Sahel é um risco muito grave para a segurança da própria Europa.

Mesmo que não o seja com militares envolvidos no terreno, a França pretende que outros países contribuam financeiramente, quer para o desenvolvimento económico e social dos países da região do Sahel, quer para missões de paz da ONU.

A Alemanha já está empenhada nesta área, sendo o principal contribuinte financeiro para a Missão das Nações Unidas no Mali (MINUSMA).

Paralelamente ao apoio militar, Macron anunciou igualmente a intenção da França apoiar o Mali no seu desenvolvimento económico e social. A segurança e o desenvolvimento devem ser os dois pilares essenciais do apoio francês ao Mali.

Nesse sentido, no âmbito desta visita foi anunciada a intenção da França apoiar o governo de Bamako em três áreas prioritárias para

o desenvolvimento; educação, saúde e infraestruturas. Os projetos a desenvolver contarão com o apoio da Agência Francesa de Desenvolvimento e terão um envelope financeiro de cerca de 500 milhões de euros.

Novo Diretor Geral da OMS é Africano

O antigo Ministro da Saúde e dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, Tedros Adhanom Ghebreyesus foi eleito, a 23 de maio, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). Com 52 anos de idade, Ghebreyesus é o primeiro africano a liderar esta organização. O novo Diretor Geral da OMS apontou, como grande prioridade do seu mandato, o alargamento dos cuidados de saúde ao maior número de pessoas possível, tendo em conta que metade da população mundial não tem acesso a este tipo de cuidados.

Uma novidade relacionada com esta eleição é que a OMS, pela primeira vez, será dirigida por uma pessoa que não é médica.

No processo de eleição, em que estiveram presentes 186 países, o candidato etíope derrotou o inglês David Navarro, médico e conselheiro especial do secretário-geral da ONU para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e as Alterações Climáticas. Ghebreyesus obteve 133 votos contra os 50 obtidos por Navarro.

Por outro lado, Ghebreyesus defendeu também a necessidade de ampliar a base de doadores da organização para colmatar eventuais cortes de verbas que possam surgir do lado dos EUA, principal contribuinte para esta organização. Para além dos EUA, os principais contribuintes para a OMS são o Reino Unido, o Canadá, a Fundação Bill & Melinda Gates e a Aliança Mundial para as Vacinas (GAVI).

Um dos pontos fortes da candidatura de Ghebreyesus foi o trabalho desenvolvido na Etiópia durante o período em que exerceu o cargo de Ministro da Saúde.



A reforma do sistema de saúde da Etiópia deu resultados concretos, como a criação de mais centros de saúde, o aumento das universidades com cursos de medicina e o combate efetivo a doenças o VIH-SIDA, a malária. Tudo isto permitiu melhorar, consideravelmente, os indicadores de saúde do país.

Guiné Equatorial Adere à OPEP

A Guiné Equatorial aderiu, a 25 de maio, à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esta adesão foi o culminar de um processo que se prolongou por oito anos. Esta organização representa cerca de 75% das reservas mundiais de petróleo e é responsável por 60% das exportações desta matéria-prima.

Com esta adesão, África passa a contar com seis países na OPEP. Para além da Guiné Equatorial, fazem também parte desta organização os seguintes países africanos: Angola que aderiu em 2007 e que, juntamente com a Nigéria, é o principal produtor africano; a Nigéria que aderiu em 1971; a Argélia, que aderiu em 1969; Gabão, que aderiu em 1975, e embora se tenha retirado em 1994, regressou à OPEP em 2016 e a Líbia, que aderiu em 1962.

A Guiné Equatorial tem uma produção diária de 300 mil barris de petróleo, o que, devido à dimensão da sua população, cerca de 1,2 milhões de habitantes, permite que seja um dos países em África com maior PIB per capita. Mas este indicador não reflete as profundas desigualdades sociais que se registam no país.

Apesar de ter reservas petrolíferas consideráveis, cerca de mil milhões de barris, a verdade é que a produção na Guiné Equatorial tem vindo a diminuir. Esta realidade fica a dever-se à saturação dos poços em laboração e também à falta de novas descobertas.

Para compensar esta quebra na produção petrolífera, a Guiné Equatorial pode também contar com a produção de gás natural, a qual deverá chegar aos 8,5 mil milhões de metros cúbicos nos próximos anos.

Cimeira da CEDEAO em Monróvia

A 51ª Cimeira da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que decorreu a 4 de junho em Monróvia, na Libéria, teve como temas centrais a análise do pedido da adesão de Marrocos à organização e a presença do Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu.

Após ter regressado à União Africana no início do ano, Marrocos viu agora aceite o seu pedido de adesão à CEDEAO.

Os países da CEDEAO aprovaram politicamente a adesão de Marrocos, justificando a sua posição tendo em conta os laços de cooperação que unem este país aos estados-membros desta organização.

O pedido de adesão tinha sido formulado em fevereiro passado, pouco tempo depois de Marrocos ter visto aceite o seu regresso à União Africana. Esta adesão demonstra bem a atual estratégia marroquina de reforçar a sua presença em África, onde já é um ator muito importante, nomeadamente ao nível da cooperação com vários países africanos, entre eles, a Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Apesar desta vitória diplomática de Marrocos, a Cimeira de Monróvia não deixou de provocar algum mal-estar aos marroquinos quando o Rei Mohammed VI, apesar de ter sido convidado a participar, decidiu não comparecer quando se apercebeu que o Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu, iria estar presente.

A presença de Netanyahu em Monróvia insere-se numa ação diplomática de Telavive com o objetivo de reforçar as suas ligações aos países africanos.

Esta ofensiva diplomática já se tinha iniciado no ano passado, quando o Primeiro-Ministro israelita tinha feito um périplo por vários países africanos. Nessa altura, Netanyahu visitou o Uganda, o Quênia, o Ruanda e a Etiópia, com o objetivo de reforçar os laços políticos e económicos com estes países.

Israel aproveitou também a Cimeira de Monróvia para normalizar as suas relações com o Senegal depois destas terem sido suspensas. A deterioração das relações entre os dois países ficou a dever-se ao facto de o Senegal ter apoiado uma resolução da ONU que condenava Israel pela criação e novos colonatos. Nessa altura, Israel suspendeu a ajuda que prestava ao Senegal e retirou o seu embaixador do país.

Esta prioridade a África dada por Israel terá resultado práticos em outubro deste ano, quando for organizada a Cimeira – África – Israel que terá lugar no Togo.

Esta Cimeira também ficou marcada pela passagem da presidência da organização da Presidente da Libéria Ellen Johnson Sirleaf, para o Presidente do Togo, Faure Gnassingbé.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05